

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS CULTURAIS DA INFÂNCIA NA OBRA DE GILBERTO FREYRE

LAURA MARIA SILVA ARAÚJO ALVES

Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Pará. laura_alves@uol.com.br

JACQUELINE TATIANA DA SILVA GUIMARÃES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. jecqueline_tatiane@hotmail.com

RESUMO

Este artigo surgiu da leitura detalhada das obras de Gilberto Freyre *Casa-Grande & Senzala* e *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*, na qual percebemos que a criança se apresentava como protagonista da narrativa. Falar sobre a infância parecia ser um grande desejo de Gilberto Freyre. Em 1921, ele confidenciou em seu diário que desejaria escrever sobre a infância brasileira. Embora não tenha materializado esse desejo, nos anos 20 do século passado, Gilberto Freyre timidamente escreveu quatro artigos para o Diário de Pernambuco falando das crianças, seus livros e brinquedos. Da leitura das duas obras destacamos cinco categorias de análise: (1) mortalidade e abandono de crianças; (2) práticas culturais e os cuidados com a criança; (3) superstições na proteção da criança; (4) rituais nos funerais e sepultamentos de crianças; (5) castigos corporais e disciplinamento da criança. Para resgatar a infância no Brasil, Freyre buscou dados em vários documentos. Os discursos narrativos sobre a infância foram construídos a partir de relatos de viajantes, narrativas de romances e contos, poemas, narrativas de historiadores, anúncios de Jornais, teses de medicina, pareceres médicos, congressos médicos etc. A narrativa de Gilberto Freyre é repleto de uma polifonia discursiva que retratam a infância do Império a República. Nas duas obras verificamos que a cultura indígena, portuguesa e negra impregnou pensamentos, comportamentos e hábitos que até hoje estão nas práticas culturais e educacionais de nossas crianças.

Palavras-chave: Infância. Práticas. Culturas. Educação.

HISTORY, EDUCATION AND CULTURAL PRACTICES OF CHILDHOOD IN THE WORK OF GILBERTO FREYRE

ABSTRACT

This article arose from the detailed reading of the works of Gilberto Freyre's *Casa-Grande e Senzala* & *Social life in Brazil in the mid-19th century*, in which we noticed that the child was as protagonist of the narrative. Talk about childhood seemed to be a great desire of Gilberto Freyre. In 1921, he confided in his diary that he wished to write about the Brazilian childhood. Although it has not materialized this desire, in the 20 years of the last century, Gilberto Freyre shyly wrote four articles for the Diário de Pernambuco speaking of children, their books and toys. The reading of the two works we highlight five categories of analysis: (1) mortality and abandonment of children; (2) cultural practices and the care of the child; (3) superstitions in child protection; (4) rituals at funerals and burials of children; (5) corporal punishment and discipline the child. To rescue his childhood in Brazil, Freyre sought data on multiple documents. The narrative speeches about childhood were built from reports of travellers, narratives of novels and short stories, poems, narratives of historians, newspaper ads, theses of medicine, medical advice, medical Congresses etc. The narrative of Gilberto Freyre is chock-full of a discursive polyphony depicting the childhood of the Empire the Republic. In both works the indigenous culture, Portuguese and black impregnated thoughts, behaviors and habits that are educational practices and cultures of our children.

Keywords: Childhood. Practices. Cultures. Education.

Introdução

As obras de Gilberto Freyre retratam uma produção historiográfica sobre a infância desde o período do Brasil Colonial até a República. Sabe-se que as obras de Gilberto Freyre formam um conjunto que constituem uma descrição da realidade do povo brasileiro. Nas obras Freyre faz citações importantes a respeito da figura infantil, enfatizando práticas culturais e educacionais dos portugueses, dos negros e dos indígenas que se disseminaram nos cuidados e na educação das crianças por todo o Brasil. É uma polifonia discursiva sobre a infância brasileira ancorados em documentos oficiais e não oficiais. Nos livros *Casa-Grande & Senzala* e *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX* encontramos fragmentos discursivos narrativos sobre a criança do início ao fim dos livros, ou seja, uma polifonia discursiva da história, educação e práticas culturais da infância brasileira.

Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX é resultado de um estudo realizado para a sua dissertação de Mestrado na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos, em 1922, sob a orientação do antropólogo Franz Boas. Nesta obra encontram-se esboçadas suas primeiras considerações a respeito de aspectos basilares da formação brasileira, como misigenação, a escravidão africana, a forte presença da religião católica no cotidiano da população em geral, a concentração do poder econômico nas mãos de uma elite e, principalmente, a vida social e privada da criança nos meados do século XIX.

Para muitos estudiosos, nesta obra observa-se, como inovação, o uso em elaboração de tese universitária, de testemunhos orais de avós e de pessoas idosas conhecidas do autor, inaugurando no início do século XX a História Oral como fonte de informação, quer histórica, quer sociológica, valendo-se principalmente de relatos orais. Junto aos testemunhos orais utilizou ainda documentos oficiais. Esta obra afirma a contribuição de Gilberto Freyre como historiador social ou antropólogo cultural.

Casa Grande & Senzala (CG&S) foi publicado originalmente em 1933 e é considerado um clássico do pensamento social brasileiro. Escrito de forma coloquial, o livro se destacou por abordar vários assuntos sociais e culturais desde o nosso passado colonial. Gilberto Freyre destaca neste livro a nossa ancestralidade lusitana, negra e indígena, e de forma muito bem narrada, descortina o nosso passado situando o leitor no tempo e espaço dos acontecimentos.

Para construção da obra Gilberto Freyre buscou informações em arquivos, bibliotecas e museus, além de documentos de viajantes, cartas e teses de medicina para construir uma monografia de caráter etnográfico. Sabe-se que o objeto de estudo do livro *Casa Grande & Senzala* é a família “patriarcal” do senhor de engenho. Mas, ao longo das

narrativas evidencia-se uma abordagem sociocultural da criança branca, negra e indígena. Um exemplo disso é quando Gilberto Freyre reconstitui em detalhes e exuberância a infância que se desenvolveu nos espaços da casa grande.

A partir dessas duas obras a questão que norteia este estudo é: Como a infância está presente nos discursos narrativos nas obras de Gilberto Freyre? Os objetivos deste estudo são: (1) identificar que práticas culturais da infância aparecem nos discursos narrativos nas obras de Gilberto Freyre; (2) destacar que aspectos sociais e culturais no cuidado da criança no Brasil estão materializados nos discursos narrativos de Gilberto Freyre; (3) apontar que elementos culturais e educativos sobre a infância brasileira estão nos discursos narrativos de Gilberto Freyre que aproximam e distanciam da infância em Belém do Pará.

Da leitura das duas obras escolhidas de Gilberto Freyre destacamos seis categorias de análise:

- (1) Mortalidade e abandono de crianças;
- (2) Práticas culturais e os cuidados com a criança;
- (3) Superstições na proteção da criança;
- (4) Rituais nos funerais e sepultamentos de crianças;
- (5) Castigos corporais e disciplinamento da criança.

Mortalidade e abandono de crianças

Sabe-se que a mortalidade e abandono de crianças existiram no Brasil desde o período Colonial. Semelhante às práticas europeias, as crianças brasileiras eram deixadas nas ruas, nas portas das casas ou igrejas e ficavam expostas ao frio, vento e chuva e também aos animais, causando grande comoção à população.

No período do Brasil Colônia ao Império havia um alto índice de crianças abandonadas à própria sorte. Muitas crianças eram deixadas em lugares ermos, ruas, becos, portas de casas e igrejas correndo o risco de serem devoradas por cães e porcos que viviam soltos nas vilas e cidades. Foram várias as denominações dadas e essas crianças: “enjeitados”, “deserdados da sorte ou fortuna”, “criança infeliz”, “os desafortunados”, “os desvalidos” e “os abandonados”. O destino destas crianças eram as Casas da Roda ou Casa dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdia¹, semelhantes às criadas em Portugal.

¹ A primeira Santa Casa no Brasil, foi fundada em 1543, na capitânia de São Vicente, por Brás Cubas, foi um Marco da Misericórdia. Sucessivamente, fundaram-se as Irmandades, as quais foram dando conta de construir as Santas Casas de conformidade com os termos do “compromisso” com os carentes. A mediação das “Irmandades” nas Santas Casas de Misericórdia representa o laicato oligárquico a serviço da

Foram muitos os motivos para o abandono das crianças no Brasil. Dentre as explicações correntes oferecidas pelos historiadores para o abandono de crianças no período Colonial e Imperial, destacam-se: (1) proteger a honra das famílias, escondendo o fruto das uniões consideradas ilícitas ou adulterinas; (2) esperança que tinham os escravos de que seus filhos, ao serem criados na Roda, fossem livres; (3) aspiração de que crianças mortas ou muito adoecidas fossem batizadas ou recebessem enterro decente e cristão; e, finalmente, (4) efeito das epidemias que, dizimando famílias, deixavam muitas crianças órfãs. Sobre os cuidados das mães negras com os filhos, Gilberto Freyre narra no livro *Casa-Grande & Senzala* que a falta de higiene pré-natal e infantil, não acontecia só nas casas-grandes, como nas senzalas. Diz ele:

Muito negrinho morria anjo por ignorância das mães. [...] cortão o cordão muto longo do embigo e estão de mais a mais no pernicioso costume de lhe porem em cima pimenta, e formental-o com oleo de recinio ou qualquer outro irritante. Feito isto apertam essas malditas o ventre da creança a ponto quasi de suffocal-a Este barbaro costume corta o fio da vida e muitas e muitas creanças e constitue para desenvolver no embigo essa inflamação a que no Brasil se dá o nome de mal se sete dias. [...] Mal nasce a creança, costumam amassar-lhe a cabeça, a fim de dar à testa uma forma mais agradável, sem attenderem à fraqueza dos orgãos digestivos dos recém-nascidos, dão-lhes algumas vezes, poucos dias depois delles nascerem, alimentos grosseiros, tirados da sua própria comida (FREYRE, 2001, p. 415).

No Pará, a situação foi bastante diferente, com relação ao resto do país no abandono de crianças. Não há notícias da existência da Roda de Expostos na Santa Casa de Misericórdia do Pará, mas o que tudo indica, o abandono de crianças, negras, mulatas e indígenas era recorrentemente conhecido pela população.

Com a investida médico-higienista a partir de meados do século XIX, com a extinção da Roda dos Expostos e o início da legislação sobre a infância nas primeiras

caridade cristã, embora para integrar a irmandade já possuíssem um “status” de pessoas e de projeção social significativa. Segundo Marcílio e Venâncio (1999, p. 144-163), “algumas Santas Casas optaram pela instituição da roda dos expostos em seus muros ou no andar térreo das instalações, como a Santa Casa de São Paulo, que recebia enjeitados não só da capital como das cidades circunvizinhas”. O que foi ao contrário da Santa Casa de Misericórdia do Pará que não instituiu a roda. Mas as Santas Casas de Misericórdia tornaram-se uma instituição de assistência aos velhos, enfermos, pobres, órfãos abandonados, porém não pelo sistema da roda. Segundo Lapa (1995, p. 130), muitas Santas Casas atendiam à população pobre, mas sem Roda de Expostos, muitas vezes pela própria estrutura, outras pelo não consentimento da administração.

décadas do século XX, a criança passa de objeto da caridade para objeto de políticas públicas. É nesta passagem que vamos encontrar os especialistas: os assim chamados técnicos ou trabalhadores sociais.

É neste cenário que surge a preocupação com a infância, que passava a ser considerada importante para o progresso do país, ou seja, descobre-se a infância, e a necessidade de se constituir uma sociedade sadia, moral e fisicamente, que pudesse dar continuidade aos processos de modernização do país. Surgem então às ideias relacionadas à Puericultura, com um discurso médico de preocupações com a alimentação, brinquedos, tratamento diferenciado, dentição, desenvolvimento físico e moral da criança.

Com o movimento higienista, a criança tornou-se objeto privilegiado do projeto da Medicina Social, de acordo com o entendimento de que as outras fases da vida dependem dos cuidados com a infância, trazendo medidas profiláticas em relação à infância. Para Mery Del Priori (2010), a política higienista da *Belle Époque* desdobrou-se ainda no espaço urbano em todo o Brasil.

No século XIX, principalmente em suas décadas finais, houve uma intensa migração de estrangeiros para cidade de Belém, a qual se encontrava em acentuado crescimento econômico e populacional em decorrência da comercialização da borracha. Esses imigrantes traziam consigo suas crianças ou aqui já traziam uma saúde debilitada pela má alimentação e condições de vida.

Neste contexto de epidemia em Belém a mortalidade infantil era muito elevada e chegava a marcar um imaginário justificador que, comparando a criança morta aos anjos, procurava minimizar a repercussão de sua morte. Assim, para muitas mães a morte de crianças não era vivenciada com muito sofrimento, mas até como certa credencial divina devido à identificação da criança morta ao ‘anjinho’, puro e ainda intocado pelo pecado. Segundo Gilberto Freyre,

[...] a morte da criança passou a ser recebida quase com alegria, pelo menos sem horror. [...] Ainda hoje entre matutos e sertanejos, e mesmo entre a gente pobre das cidades do Norte, o enterro de criancinhas, ou de anjo, como geralmente se diz, contrasta com a sombria tristeza dos enterros de gente grande (FREYRE, 2001, p. 201).

Desde o período colonial, a criança brasileira era a vítima preferida das crises, das tensões sociais, das grandes epidemias. As diferenças sociais acentuavam as distinções entre ricos e pobres: os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e adoentados (MARY DEL

PRIORE, 1999). Outra doença que causava recorrentemente a morte das crianças era a gastroenterite e demais relacionada a problemas digestivos. A preocupação dos pais em engordar e fazer com que os filhos ficassem resistentes às doenças resultava em uma dieta baseada em mingaus, papas e alimentos grosseiros, esses muitas vezes retirados da sua própria comida. A alimentação grosseira prejudicava o organismo frágil das crianças cujo sistema digestivo não estava preparado para metabolizar esses tipos de alimentos.

Sobre a mortalidade infantil nos primeiros séculos de colonização Gilberto Freyre fala sobre a higiene, ao clima, a alimentação, ao vestuário e a amamentação a partir de discursos médicos de 1846 na Sessão da Academia de Medicina:

Traziam eles da Europa noções rígidas de resguardo e de agasalho. Superciosos horror de banho e do ar. Noções que nocivas à criança em clima temperado, em clima quente significaram muitas vezes a morte. [...]. As mulheres Portuguesas a principio crearam mui poucos filhos, que dois terços destes morriam pouco depois de nascidos. [...] Abrandou, decerto, a mortalidade infantil no Brasil, da segunda metade do século XVI em diante, mas continuou impressionante. [...] No século XIX é um dos problemas que mais inquietam os higienistas do Segundo Império (FREYRE, 2001, p. 418).

Na região Amazônia as mães aprenderam com as índias o uso da mandioca na alimentação do filho. Logo nos primeiros meses a criança era alimenta com os mingaus de carimã, com os quais quase todas as crianças foram alimentadas durante a sua infância.

Para muitos médicos higienistas em meados da segunda metade do século XIX as causas mais frequentes de mortalidade da criança ainda na primeira infância deviam-se também pelas comidas fortes, insuficiente e imprópria; a falta de tratamento médico na invasão das moléstias; perigo das amas-de-leite escolhidas sem cuidadoso exame; males da dentição e dos vermes; da umidade das casas e as fortes alternativas de temperatura; o mau tratamento do cordão umbilical, etc. Além disso, as crianças eram acometidas de doenças infecciosas pela falta de higiene nos cuidados das mães. Somente com o surgimento dos médicos pediatras que passaram a ser divulgada a prescrição de uma alimentação mais leve, mas as crianças, em geral, mantinham uma alimentação que não se diferenciava muito dos adultos (MARY DEL PRIORE, 1999).

Os higienistas desta época preocupavam-se em explicar e combater a mortalidade infantil. A mortalidade atingia crianças de todas as raças, independentemente do sexo. A justificativa para a vulnerabilidade das crianças estava diretamente relacionada à pobreza,

ao concubinato que geravam um grande número de crianças ilegítimas, as doenças que atingiam a infância, sobretudo as crianças indígenas e alguns poucos sobre as escravas.

Gilberto Freyre (2001) comenta que a mortalidade infantil foi enorme entre as populações indígenas desde o século XVI. Houve também um número considerável de crianças que morriam entre as famílias das casas-grandes devido ao difícil adaptação dos europeus ao meio tropical e da higiene infantil. Os hábitos trazidos da Europa como o rígido e supersticioso cuidado com o resguardo e o horror de banho, eram noções extremamente nocivas às crianças em clima quente. Já os hábitos de higiene indígena ou africana havia a maior liberdade da criança dos panos grossos e dos agasalhos pesados, além do uso de abafar a cabeça das crianças.

Práticas culturais e os cuidados com a criança

Segundo Gilberto Freyre, a mortalidade infantil no Brasil continuou impressionante até o século XVIII. Na segunda metade do Império, parte dos médicos mostrava preocupação em investigar as causas da morte das crianças. Em 1846, na sessão da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, o tema é posto em discussão e debate. As opiniões entre os médicos eram as mais variadas. Ia desde aos hábitos impróprios nos cuidados das crianças as frequentes moléstias. Também lançaram alguns olhares sobre as roupas, à aparência e os costumes da infância.

Para a população da época acreditava-se que milhares de anjinhos subiam aos céus chamados pelo arcanjo Miguel por causa desta complicação. A morte precoce era o destino da maioria das crianças que sofria com as condições precárias, sobretudo dos cortiços e vilas que dividiam um espaço pequeno, úmido, apertado e fechado que acabava por favorecer focos de doenças como cólera, varíola, tuberculose, febre amarela, gripe etc. O falecimento infantil era tão grande que algumas ações imediatas, como o batismo, eram apressadas para os primeiros dias de vida, já contando com a morte breve das crianças, não garantia, nem mesmo os filhos da nobreza (MARY DEL PRIORE, 1999).

O abuso de comidas fortes, o vestuário impróprio para o clima quente, o aleitamento mercenário com amas-de-leite atingida por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a “umidade das casas”, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras, foram certamente os principais fatores que impediam que as crianças no Brasil não chegassem aos primeiros meses de vida (MARY DEL PRIORE, 1999). O papel das Amas de Leite na vida das crianças brasileiras no século

XIX foi muito importante. Nas famílias abastadas as amas de leite eram consideradas como se fossem da família. Freyre comenta:

A figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne “molho de ferrugem”, ela própria amolegando a comida (FREYRE, 2001, p. 391).

Gilberto Freyre relata que no século XIX, em decorrência do clima quente, os médicos já ensinavam às mães a envolverem seus filhinhos em mantinhas suaves, leves e folgadas. Além do leite, eram muito comuns alimentos engrossados com farinha, as chamadas “papas”, quando havia a falta de leite à mãe, alugava-se uma ama de leite negra para alimentar a criança. Esses hábitos perigosos fizeram muito mal às crianças. Era também muito recorrente as crianças serem afetadas por cólicas contínuas. Essas práticas alimentares inadequadas não eram vistas pelas mães como um perigo a saúde de seus filhos, pelo contrário, elas queriam fortificar suas crianças, como foram de evitar o risco de perdê-las nos primeiros meses de vida. Portanto, a superalimentação parecia para as mães uma forma simbólica de evitar a má nutrição e a morte das crianças. Segundo Mary Del Piori (1999), a técnica da pré-digestão de alimentos embebidos na saliva dos adultos significava muito mais um cuidado, do que falta de higiene. O leite de cabra era também considerado um poderoso fortificante infantil, sobretudo para as crianças com uma saúde frágil. Iniciando a dentição o cardápio das crianças geralmente sofria significativas alterações. As crianças ainda muito pequenas comiam de tudo: pirões de farinha, carne desfiada, peixe cozido, caldos de panela engrossados com farinha eram os preferidos pelas mães.

No que se referem ao contexto amazônico, as doenças mais comuns que geralmente provocavam a morte das crianças ainda na primeira infância eram sarna, impingem, sarampo, erisipela e lombrigas. Havia o hábito de combater algumas doenças com remédios para o fortalecimento da criança contra doenças. Era indicada a “Emulsão de Scott” para crianças que nasciam debilitadas. A propaganda do fortificante no Jornal Folha do Norte, em 1909, indicava que as crianças que tomavam a “Emulsão de Scott” se criariam gordas e fortes e estavam protegidas do raquitismo, da escrófula e também protegidas de ataques de tosse, da febre escarlatina, sarampo e de outras enfermidades que geralmente as crianças na primeira década do século XX eram vitimadas.

Sabe-se em 1900 em Belém muitas crianças eram vítimas de graves doenças causadas por verminoses e lombrigas. Para combater essas moléstias era indicado “Pirulas

Assucaradas Beirão” contra vermes e o “Xarope Agradável” contra lombrigas. A propaganda das medicações era amplamente divulgada no Jornal Folha do Norte orientando as mães ao cuidado com o uso de medicações erradas, mas que parte das moléstias que acometiam a população infantil era causada por vermes e lombrigas no intestino. Assim, o anúncio recomendava a aplicação do remédio contra vermes para combater essas moléstias, além de combater as lombrigas nos intestinos dos pequeninos.

São inofensivos para crianças; são de utilidade real, pois são levemente purgativos e sem irritarem o estomago e intestinos restituem ás crianças um bem estar geral. Para: a maior parte das moléstias nas crianças é devida á existência de lombrigas nos intestinos e, portanto, é de bom conselho que os paes e mães de família façam applicar os remédios Beirão contra Vermes antes de sujeitar seus queridos filhos a qualquer outra medicação, muitas vezes errada e fatal (PINHEIRO, 2013, p. 129).

Os anúncios sugerem ainda aos pais o combate às verminoses intestinais com o uso do “Vermífugo Paraense”. O referido remédio era fortemente indicado como poderoso medicamento no combate aos parasitas intestinais que vitimavam as crianças na primeira infância que lhe tiravam a saúde e, em alguns casos a vida. Constatase no anúncio o seguinte discurso:

Os vermes intestinais são causa de degostos. As creanças são terrivelmente perseguidas por estes parasitas, que tira-lhe a saúde e muitas vezes a vida. Causa dó ver morrer uma gentil creança victimada por tão asquerosos parasitas. É necessário e urgente, logoque appareçam os vermes, expelli-os de seus alojamentos. E o “Vermífugo Paraense” um medicamento poderosíssimo para este fim. O gosto, o cheiro do “Vermífugo Paraense” são perfeitamente tolerados por qualquer creança (PINHEIRO, 2013, p. 128.).

Superstições na proteção da criança

Nas práticas de cuidados higiênicos das mães com as crianças eram baseadas no conhecimento da cultura popular paraense. Muitas doenças infantis eram tratadas pela medicina popular. Sobre a higiene e o asseamento dos nativos Gilberto Freyre (2001, p. 206-207), referindo-se a Werren, diz que não faltavam à criança indígena no Brasil cuidados da mãe pela sua saúde. Indicando como uma das medidas profiláticas, mostra-o asseio em que era conservado o curumim. As mães indígenas preservavam a sua alegria e o seu bem-estar. Segundo Gilberto Freyre, o viajante francês Lérry levou para Europa entre as suas melhores lembranças o cuidado das mães indígenas o cuidado com a saúde dos filhos. Ele ficou impressionado com a higiene infantil e doméstica dos indígenas, que se contrastava com a dos europeus. A criança crescia livre das fraldas, cueiros e panos que lhe

dificultavam os movimentos. Mas nem por isso as crianças cresciam sujas e descuidadas. Ao contrário: as mães preservavam a limpeza e o asseio constante da criança (FREYRE, 2001).

Para Gilberto Freyre, o cuidado com as crianças na Amazônia seguiu uma prática cultura que misturava as superstições e crenças indígenas, negras e europeias. Havia a preocupação em resguardar as crianças contra o assédio das bruxas. As mães tinham medo de deixar seus pequenos recém-nascidos desprotegidos dos poderes maléficos das bruxas. Era comum as mães protegerem seus filhos com defumadores na casa e ao uso de plantas e relíquias para afugentar as bruxas. O uso de arruda, figas e orações, por exemplo, eram recorrentes para evitar “mau olhado”², pois a fragilidade do corpo infantil era a grande preocupação das mães. Sendo assim, o mais estranho sintoma que a criança apresentava como, choro intenso e repentino, tremores, apatia, mudança na aparência física da criança, era motivo da mãe definir como quebranto. Para combater o quebranto era comum a criança ser benta, em jejum, durante três dias, com raminho de arruda ou alecrim, por uma rezadeira. Assim as mães se armavam de orações e rezas para afugentar as bruxas. Havia a preocupação em resguardar as crianças contra o assédio das bruxas. As mães tinham medo de deixar seus recém-nascidos desprotegidos dos poderes maléficos das bruxas. Narra Freyre:

Tradições portuguesas trazidas pelos colonos brancos –a do cordão umbilical ser atirado ao fogo ou ao rio, sob pena de o comerem ratos, dando a criança para ladra; a da criança trazer no pescoço o vintém ou a chave que cura os “sapinhos do leite”; a de não se apagar luz enquanto o menino não for batizado para não ser vir a feiticeira, a bruxa ou o lobisomem chupar-lhe o sangue no escuro; a de se darem nomes de santos às crianças pois, caso contrário, se arriscam a virar lobisomem (FREYRE, 2001, p. 382).

Com o tempo foi possível constatar que não eram as bruxas³ as responsáveis pela mortalidade infantil nos primeiros anos do século XX, mas sim a facilidade com que as crianças adquiriam doenças. Algumas crenças que rodearam o cuidado das mães com

² Segundo Câmara Cascudo (2000), o termo “mau olhado”, é alteração da saúde, causada por influência dos “olhos maus”. Em todo o Brasil tem também a denominação de quebranto, feitiço, mau-olhado, mau-olho. Mau olhado é uma das maiores superstições populares na Amazônia, como, aliás, em todo o Brasil. Acredita-se que certos indivíduos podem despedir do olhar fluídos perigosos e nocivos, que causam os mais variados efeitos.

³ As bruxas é uma criação europeia, que chegou ao Brasil via Portugal. É geralmente uma figura assustadora, velha, alta, magra, nariguda, mal-ajambrada, com longos cabelos desgrenhados sob o chapéu pontudo. Sinistra e misteriosa andava pela noite montada em sua vassoura amedrontando as crianças que queriam dormir. A bruxa estava sempre às voltas com porções mágicas e encantamentos que ferviam em imensos caldeirões. Segundo Câmara Cascudo (2000), na antiga tradição europeia, a sétima filha de uma viúva deveria ser imediatamente batizada pela irmã mais velha, para que não se tornasse feiticeira ou bruxa.

criança na Amazônia com relação aos ataques das bruxas foram trazidas de Portugal. Havia a crença de que as bruxas chupam o sangue das crianças e de que o primeiro cabelo que se corta a uma criança não deve ser jogado fora, para que as bruxas não façam nele uma bruxaria. Além disso, há crenças de que para livrar a criança das bruxas, deve-se por debaixo do travesseiro, enquanto dorme, uma tesoura aberta em forma de cruz, acompanhado de ramos de alecrim e arruda.

Havia ainda a crença de que, quando uma criança adoecia, dever-se-ia pendurar-lhe um amuleto⁴ com objeto de proteção. Logo ao primeiro sinal de adoecimento deveria colocar no pescoço da criança um rosário de cabeças de alhos enfiadas num cordão, para assim, estar protegida das malvadezas das bruxas feiticeiras. Até hoje há o hábito de benzer a criança com quebranto⁵. Ao mais simples sinal de que a criança estava “mufina”, imediatamente providenciava-se uma velha benzedeira ou rezadeira⁶ para rezar sobre a criança doente com alho e folha de arruda. As sextas-feiras costumavam-se defumar a casa ao meio dia e a noite, para afastar o mal que acometia a criança pequena. Era comum as mães protegerem seus filhos com defumadores na casa e ao uso de plantas e relíquias para afugentar as bruxas. Era recorrente o uso de amuleto para proteger o recém-nascido dos ataques das bruxas. Sobre isso narra Freyre:

No Norte ainda é comum ver meninos cheios de tetéias penduradas ao pescoço –dentes de animais, figas de madeira ou de ouro, bentos e medalhas católicas, mechas de cabelos. Aliás, no costume, entre famílias mais devotamente católicas do norte e do centro do Brasil, de ofertar os cachos ou a cabeleira do menino, quando atingida a idade de cortar-lhe o cabelo rente, à imagem do Senhor dos Passos ou Senhor Morto, talvez sobreviva aquele receio ameríndio do cabelo, dos dentes ou das unhas do indivíduo, principalmente da criança, servirem de objeto a prática de feitiçaria ou de magia. Que melhor meio de

⁴ Na cultura brasileira o amuleto é também definido é qualquer objeto que se traz dependurado ao pescoço. Segundo Câmara Cascudo (2000), há uma série de amuletos de Portugal que foram colecionados por José Leite de Vasconcelos, que serviram também de amuletos no Brasil: galho de arruda, águs-dei, dentes de animais, escapulário, espelho etc. Na Amazônia alguns amuletos são usados para proteger as crianças contra mau olhado ou quebranto.

⁵ Quebranto é conhecido também como “mau olhado”. No Brasil é sempre a influência exterior maléfica do feitiço, “mau olhado”, as forças contrárias. Em geral o quebranto causa na criança subitamente febre, dores de cabeça, fraqueza e indisposição física. Trazido de Portugal, muitas mandingas são utilizadas para combater o quebranto, como por exemplo, orações e rezas. Além disso, é utilizado algum amuleto para proteger a criança. Um dos amuletos mais usados nas crianças é a figa. É conhecido como um dos amuletos contra mau olhado. A figa latina (*figus*) é a mão humano em que o polegar está colocado entre o indicador e o médio. No Brasil chamamos a essa figa de *isola*, significado isolar, afastar o perigo dos maléficos. Enfim, a figa esconjura o mal, o contratempo, a inveja, e provoca os bons fados. Há a crença popular aconselha a quem perder um figa não procurá-la, pois levou consigo todo o mal que devirá cair sobre a pessoa. Nas crianças é geralmente utilizada em foram de bloqueio colocado em cordões e pulseiras

⁶ Rezadeira (ou Benzedeira) é uma mulher, geralmente idosa, que tem poderes de cura por meio de benzimento. A rezadeira é especialista e quebranto e mau olhado. Nas crianças com quebranto ou mau olhado a rezadeira reza cruces sobre a cabeça da criança com pequenos raminhos de arruda que vão se murchando por adquirir as energias da doença que fazia o mal à criança.

evitar semelhante risco que o de oferecer ao próprio Jesus o cabelo da criança? (FREYRE, 2001, p. 201).

Durante toda a infância continuava as medidas de profilaxia da criança contra as influências malignas. Todo esse cuidado vinha também da cultura indígena. As crianças indígenas eram protegidas de todos os males e agouro. Geralmente as crianças indígenas tinham o corpo pintado de urucu ou jenipapo, os beijos e orelhas perfuradas, penas enfiadas nesses orifícios, dentes de animais pendurados no pescoço. Tudo para desfigurar, mutilar a criança, com a intenção de torná-la repulsiva aos espíritos maus. Ou seja, guardá-las do mau olhado. Sobre as primeiras cerimônias em torno da criança indígena, Freyre diz que

No caso de ser macho o recém-nascidos, um arco com flexas e “molhos d’ervas”. Através da infância continuavam as medidas de profilaxia da criança contra as influências malignas: têm muito agouros, porque lhe põem algodão sobre a cabeça, penna de pássaros e paus. [...] Era também o corpo pintado de urucu ou jenipapo: os beijos, o septo, as orelhas perfuradas, batoques, fusos, penas enfiadas nesses orifícios; dentes de animais pendurados ao pescoço. Tudo para desfigurar, mutilar a criança, com fim de torná-la repulsiva aos espíritos maus; guardá-la do mau-olhado e das más influências (FREYRE, 2001, p. 201).

No Norte do país, ainda hoje é utilizado adereços no pescoço para proteger a criança de mau olhado. Entre os objetos mais usados estão: dentes de animais, figas de madeira ou de ouro, medalhas com imagem de santos e mechas de cabelo. Perdura também o costume de ao cortar o cabelo e as unhas do menino deve-se ofertá -los ao Santo devoto da família como medida de proteger a criança.

Rituais nos Funerais e Sepultamentos de crianças

Nos relatos dos viajantes que passavam que por aqui testemunharam no correr do século XIX e início do século XX os funerais de crianças como uma “procissão triunfal”. Sobre os “anjinhos”, os visitantes estrangeiros, segundo Gilberto Freyre, se mostraram surpresos pelo esmero em que pequenos defuntos eram arrumados e expostos. A maioria desses relatos se concentra em dois momentos: o primeiro diz respeito à forma como se apresentava o cadáver à visitação, nos dando detalhes sobre o corpo, sobretudo o uso de adereços (fitas coloridas, flores artificiais e joias) e adornos como coroa na cabeça; o segundo é a profissão fúnebre e o sepultamento.

Uma prática muito comum narrada pelos viajantes nos rituais fúnebres infantis era o de arrumar o “anjinho” de forma a lhe restituir o aspecto que tinha quando vivo, por intermédio da maquiagem. Geralmente a criança morta tinha faces e lábios pintadas em

abundância de um rosa brilhante, resultando numa aparência de que a criança estava viva. Há outro artefato bastante recorrente nos funerais infantis relato pelos viajantes era o pano branco bordado ou a toalha de renda.

Havia um zelo significativo em dar á criança que acabara de morrer uma série de procedimentos e garantisse uma cerimônia digna para o pequenino, tanto que em algumas capitais no Brasil havia o hábito de depositarem-se os pequenos defuntos na Roda de Expostos nas Santas Casas de Misericórdia, para que a instituição de recolhimento de crianças abandonadas assegurasse que fossem enterrados dignamente.

A enorme importância dada aos funerais de crianças estava relacionado a uma crença de que de que morrer criança era uma maneira de garantir a salvação. Além disso, a positividade da morte infantil indicava intercessão das crianças mortas junto às autoridades celestes em favor dos seus. Era hábito das famílias fazerem a mortuária, com todo o aparato com que se apresentavam os rituais fúnebres.

Há indícios também de que os funerais de anjinhos eram geralmente feitos de dia e com uma procissão pelas ruas da cidade. O pequeno anjinho era geralmente vestido de branco que estava associada à inocência e pureza virginal, contrário a mortalha dos adultos que era roxa ou preta, as cores da penitência. O branco estava também associado á imagem a Nossa Senhora da Conceição, uma vez que é com esta cor que Virgem Maria se veste nas representações da “Imaculada Conceição”. É daí que surge a prática de vestir a criança morta com vestes de santos, o que seria favorecido pela intervenção do santo, o qual receberia a proteção e o guiaria em direção ao Céu.

O caixão foi outro elemento muito bem retrato pelos viajantes. O esquife servia principalmente para como suporte à exposição e transporte do cadáver, já que o corpo não era enterrado dentro dele, um mesmo esquife era utilizada em diversos funerais. No caso de crianças mortas de famílias abastada era muito recorrente utilizar o esquife para transporte do corpo, geralmente com forro de tafetá branco ou cor de rosa com detalhes em prata. Dependendo da idade da criança a cor do caixão: nos caixões de criança de menos de oito anos o rosa podia dar lugar ao azul celeste. No caso de crianças escravas havia ainda o costume de enterrá-las nas redes que serviam de leito quando eram vivos, sem qualquer lençol.

Cortejo fúnebre era o ponto alto da participação coletiva. Geralmente toda a cidade era chamada a participar do cortejo. Segundo Gilberto Freyre, diferentemente dos adultos, nos funerais infantis a criança era levada de dia, lugar do cotidiano, do familiar.

As procissões diurnas eram índice de que se dava por garantia de salvação e a de louvar o pequeno falecido. Em sua estadia no Rio, o viajante Luccock, teve a interessante experiência de participar, ao menos por poucos momentos de um cortejo fúnebre infantil.

Ele comenta que foram tomadas suas mãos e colocadas sob o estrado o qual apoiava o corpo da criança falecida, porém, por medo de ofender as pessoas com atitudes ou olhares incompatíveis, deixou-os. Após observar outros funerais como esse, percebeu que seria uma homenagem fina, se tivesse continuado. Os funerais de crianças estavam relacionados a uma crença de que morrer criança era uma maneira de garantir a salvação. Freyre narra uma fala de um viajante estrangeiro ao presenciar um funeral de uma criança no Rio de Janeiro, ouve-se a mãe do meninozinho exclamar: Oh, como sou feliz! Morreu-me o último filho! Como sou feliz! Agora quando eu morrer e for para o Céu não deixarei de entrar: lá estarão meus cinco filhinhos para me arrastarem para dentro agarrados às minhas saias: Entra, mãe! Entra!(FREYRE, 2001, p. 460).

Era prática religiosa de que um “bom católico” morria segurando piedosamente uma vela e murmurando o nome de Jesus e da virgem Maria. No caso de uma pessoa ficar desesperadamente enfermo, a família imediatamente mandava chamar o padre, que vinha com suas vestes litúrgicas rezar pelo moribundo. Os funerais eram geralmente pomposos e todos cantando tristonhamente pelas ruas rezas fúnebres. Os cadáveres de crianças eram enterrados em esquifes escarlates ou azuis e vestidos geralmente de anjos com asas, e os cabelos penteados em cachos e com *rouge* nas faces. As crianças de famílias pobres eram enterradas com a melhor roupa. As meninas-moças eram vestidas com roupa branca e com fitas azuis no cabelo e com coroas de flores brancas nos cabelos.

Durante o velório de criança no século XIX, os gestos dos familiares e mesmo da mãe da criança não se distinguiam se se tratava de alegria ou tristeza. Sobre os funerais narra Freyre que

[...] os cadáveres de crianças eram enterrados em esquifes escarlates ou azuis, e vestidos de querubins ou de anjos, com asas, e os cabelos penteados em cachos. Quando havia necessidade de cachos suplementares, o encarregado dos funerais completava-os, suprimindo os pequenos defuntos, não só de cachos, mas de “rouge” para face e de pós-prateados para o pescoço e para os braços (FREYRE, 2008, p. 115).

A morte da criança era percebida pelos viajantes, mais como um momento de júbilo que um momento de luto. Muitos deles (viajantes) tiveram a oportunidade de presenciar um funeral infantil. Eles relatam que esses cerimoniais mais se pareciam com festivais.

Além disso, muitos parentes e amigos se congratulando, criavam um clima de estranha descontração de tal forma que a exacerbação de sentimentos positivos e o exagero em cores. Mas se engana aquele que supõe que esse seria um sinal de desprezo pela criança. Ewbank e outros viajantes apontam para a crença na certeza da salvação da alma infantil como possível explicação para esse desprendimento.

Em 1840, narra Thomas Ewbank que as crianças com menos de 10 e 11 anos eram vestidas de frades, freiras, santos e anjos. Era comum vestir de São João o cadáver de menino, já a criança que tinha o nome de São Francisco ou Santo Antônio eram geralmente enterrados com mortalha. Para as crianças maiores, São Miguel Arcanjo era o modelo. Vestia-se o pequeno cadáver com uma túnica, uma saia curta presa por um cinto, um capacete dourado (de papelão dourado) e apertadas botas vermelhas. Com a mão direita apoiada sobre o punho de uma espada. As meninas representam ‘madonas’ e outras figuras populares.

Viajantes também registraram o uso de pano branco como mortalha, usado entre as camadas mais humildes, principalmente entre as crianças escravas recém-chegadas da África. Há indícios de que essa prática foi transplantada desse continente, pois entre os africanos a cor branca é a preferência para enterrar os mortos, sobretudo as crianças já que pela liturgia cristã o branco é uma cor que representa a inocência e a pureza virginal.

Quanto aos rituais de sepultamento de crianças no Brasil, Gilberto Freyre relata que até por volta das primeiras décadas do século XIX elas eram enterradas em igrejas. A partir deste período começaram a aparecer referências de sepultamentos fora das dependências de igrejas. Com relação ao luto, os viajantes, segundo Gilberto Freyre, narram que dependendo da posição social da família era comum que após o sepultamento da criança os parentes ficavam em reclusão de luto durante oito dias.

Outra prática muito comum no Brasil era anunciar o falecimento de crianças principalmente das famílias abastadas. Em Belém do Pará, por exemplo, anúncio fúnebre fazia parte do cotidiano da imprensa belenense da segunda metade do século XIX, mesmo que fosse uma simples informação sobre a criança morta e o enterro, se seria realizado naquele dia e em alguns casos o motivo da morte. Havia ainda a publicação nos jornais de grande circulação diária do número de mortos que seriam enterrados naquele dia.

Sabe-se também que as famílias mais abastadas não só publicavam nos jornais a perda de um ente querido como recebiam inúmeras manifestações públicas de carinho e afeto neste momento de perda, de sofrimento e de dor. Geralmente as mensagens de

condolência eram encontradas com muita facilidade nos jornais. Recorrentemente essas mensagens eram cheias de elogios ao morto, evidenciavam as qualidades do falecido. As crianças sempre eram vistas, como meigas, doces, puras, verdadeiros anjos, tão boas que Deus por sua imensa misericórdia as tomou para si de modo que as mesmas não sofressem nesse mundo de aflição.

Castigos corporais e disciplinamento da criança

Quanto às práticas de disciplinamento na educação das crianças nos séculos XIX e XX, a punição corporal era um método de controle. Os castigos e as ameaças com crianças foram introduzidos no Brasil Colonial pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549. Reação indígena a tal tipo de prática disciplinar era de indignação. O menino indígena crescia livre de castigos corporais e de disciplinas paterna ou materna.

A pedagogia jesuítica pregava a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças. Era posto em prática nas primeiras escolas e colégios brasileiros, e tais concepções pedagógicas estendiam-se ao âmbito da família. Segundo Freyre,

[...] houve verdadeira volúpia em humilhar a criança; em dar bolo em menino. Reflexo da tendência geral para o sadismo criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro. O mestre era um senhor todo-poderoso. Do alto de sua cadeira [...] distribuía castigos com ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujos (FREYRE, 2001, p. 472).

No contexto familiar a menina, comenta Gilberto Freyre, não podia levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-se horror a menina respondona ou saliente, geralmente era castigada com beliscões. Nos antigos colégios abusou-se criminalmente da fraqueza infantil. Segundo Freyre, houve verdadeira volúpia em humilhar a criança. Nos antigos colégios, o aluno que não soubesse a lição de Português ou Latim e que borrasse uma página do caderno sofria os castigos corporais. O mestre sendo o todo poderoso, viva a dar em menino “bolo”.

Do alto de sua cadeira, que depois da independência tornou-se uma cadeira que se de rei, com a coroa imperial esculpida em relevo no espaldar, distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujões. Ao vadio punha de braços abertos; ao que fosse, surpreendido dando risada alta, humilhava com um chapéu de palhaço na cabeça para servir de mangação à escola inteira; a um terceiro, botava de joelhos sobre grãos de milho. Isto sem falarmos da palmatória e da vara – esta, muitas vezes com um espinho ou um alfinete na ponta, permitindo ao professor furar de longe a barriga da perna do aluno (FREYRE, 2001, p. 472-473).

Segundo Gilberto Freyre, a infância no Brasil era muito curta. No século XIX as meninas se tornavam mulheres muito cedo, pois quando amadureciam acabava com todo o jeito infantil que muitas delas ainda aparentavam. A primeira comunhão era um ritual de passagem da infância para a menina se tornar sinhá-moça. Narra Freyre:

Desde o dia da primeira comunhão que deixavam as meninas de ser crianças: Era um grande dia. Maior só do casamento. Vestido comprido todo de cassa guarnecido de folhos e pregas. O corpete franzido. A faixa de fita azul caindo para trás, em pontas largas, sobre o vestido banco. A bolsa esmoleira de tafetá. O véu de filó. A capela de flor de laranjeira. Os sapatinhos de cetim. As luvas de pelica. O livro de missa encadernado em madrepérola. O terço, de cordãozinho de ouro. Cruz também de ouro (FREYRE, 2001, p. 399).

Ao quatorze ou quinze anos a menina-moça já se vestia com um aspecto de senhora. Algumas já haviam perdido o ar de docilidade e graça feminina e demonstravam um ar de senhora:

As mulheres amadureciam cedo. [...] dos quatorzes aos quinze anos, a menina vestia-se como uma grave senhora... Amadureciam antes do tempo em senhoras: senhoras tristes, tristonhas. [...] o homem com quem a moça, de pouco mais de treze anos, se casava, raramente era de sua própria escolha. A escolha era dos seus pais ou simplesmente de seu pai (FREYRE, 2008, p. 95-97).

A família se preocupava com a menina que chegava solteira aos quinze anos. Os pais faziam imediatamente promessa a Santo Antônio ou São João. Sobre os casamentos no Século XIX, narra Freyre: casamentos precoces significavam proles precoces. Aos quinze anos, a moça era geralmente mãe. Algumas vezes era mãe aos quatorzes e mesmo aos trezes anos (FREYRE, 2008, p. 97).

Assim com as meninas, os meninos também amadureciam muito precocemente. Geralmente aos dez anos já tinham um aspecto de adulto com ar tristonho e de mais velho. A juventude se perdia diante de um homenzinho serio e sisudo. Sobre os meninos, fala Freyre:

O menino, também, crescia como se fosse desde os oito anos adultos ou homenzinho. Aos dez anos era uma caricatura de homem. [...] Às vezes tristonhas de meninos amadurecidos em homens antes de tempo. [...] A educação brasileira favorecia, num Brasil ortodoxalmente patriarcal como foi o dos meados do século XIX, a prematuridade do menino. Muito cedo era o menino da família patriarcal, abastada, rica ou simplesmente remediada, enviado para colégio, onde ficava sob regimento de internato (FREYRE, 2008, p. 98).

Gilberto Freyre ressalta que o médico francês Dr. Rendu, que conheceu o Brasil Imperial da primeira metade do século XIX, diz que aos sete anos, o jovem brasileiro já possui a austeridade de um adulto. Caminha com ar majestoso, de chibata à mão,

orgulhoso da roupa que ostenta e que o faz assemelhar-se mais aos bonecos de nossas feiras que um ser humano. Diz Freyre sobre essa narrativa:

Vejam-se as fotografias de meninos brasileiros dos meados do século passado. São criaturas de olhos doces, de ar tristonho, de aparência seráfica, de cabelos amaciados pela muita brilhantina de então e abusava, crianças vestidas – quando já de mais de nove anos – como gente grande e esforçando-se para parecerem velhas, que surgem dos velhos álbuns brasileiros de família. Aos quinze anos ou dezesseis anos, o menino terminava os estudos no colégio. Estava no tempo de ir para a escola superior. Para a academia com se dizia: Academia de Direito, Academia de Medicina (FREYRE, 2008, p. 99-100).

Considerações finais

Os dois livros de Gilberto Freyre é indubitavelmente um memorial da infância brasileira. Constata uma polifonia discursiva que retrata a vida social e privada da criança da elite, negra e indígena. Observa-se ainda a influência da cultura portuguesa, negra e indígena nos cuidados com a criança, nas brincadeiras, na oralidade, nas práticas culturais, na vida social, na vida familiar, nos rituais fúnebres, etc.

Nas duas obras verificamos que a cultura portuguesa e negra impregnou pensamentos, comportamentos e hábitos que até hoje estão nas práticas culturais e educacionais de nossas crianças.

A Cultura Portuguesa foi sobremaneira presente na Educação da Criança Brasileira. É possível constatar a influência da cultura portuguesa nos cuidados com a criança, nas brincadeiras, na oralidade, nas práticas culturais, na vida social, na vida familiar, nos rituais fúnebres, etc. A cultura portuguesa impregnou pensamentos, comportamentos e hábitos que até hoje estão nas práticas culturais e educacionais de nossas crianças.

As concepções higienistas que se propagaram em Portugal e toda a Europa foram disseminadas no Brasil no século XIX. O papel importante das amas negras no cuidar da criança e nas práticas culturais das crianças. Além de seu afeto com essas crianças. O afastamento das amas de leite pelos médicos higienistas nos finais do século XIX.

Para resgatar a infância no Brasil do século XIX é necessário buscar dados em documentos: relatos de viajantes, relatos de Romances e Contos, Historiadores, matérias de Jornais, anúncios de propagandas em revistas etc.. Para resgatar a infância no Brasil do século XIX, Freyre buscou dados em vários documentos. Os discursos narrativos sobre a infância foram construídos a partir de: relatos de viajantes, narrativas de romances e contos, poemas, narrativas de historiadores, anúncios de Jornais, teses de medicina, pareceres médicos, congressos médicos etc.. É importante destacar a importância que

Freyre dá aos documentos médicos. Há uma História da Infância impregnada no pensamento de Gilberto Freyre.

Referências

- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 45. ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- _____. **Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Contos Tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2000.
- EWBANK, Thomas. **A vida no Brasil**. Tradução Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo, 1976.
- GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica 2003
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1800 a 1818**. Tradução Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Martins, 1942.
- NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A Sorte dos Enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da Assistência às Crianças Abandonadas no Recife (1789-1832)**. São Paulo: Annablume/FINEP, 2008.
- PINHEIRO, W da C. **A infância nas páginas de jornal: discursos (re) produzidos pela imprensa paraense na primeira década do século XX**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2013.
- PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

Recebido em: 24.06.2014

Aceito em: 05.02.2015